

## / PALAVRA DO LEITOR

## Incentivos fiscais

Enquanto milhões buscam um emprego formal, os governos continuam distribuindo incentivos fiscais. Mesmo que alguns sejam pertinentes, penso que o governo estadual faz muito bem em propor reforma tributária em 2020, revisando os incentivos fiscais (**Jornal do Comércio**, edição de 12/07/2019, página 9). Não dá para compreender como um Rio Grande do Sul falido há anos conceda R\$ 9,7 bilhões de incentivos fiscais somente em 2018. É muito dinheiro. (*Ubirajara Marcondes, Porto Alegre*)



## Preço dos combustíveis

Diferença alarmante e escandalosa do preço da gasolina nos Estados Unidos - na Flórida é de US\$ 2,30 o galão de 3,6 litros, na comparação com os praticados em Porto Alegre, de R\$ 4,75 o litro, a mista, ou gasolina mais álcool. Façam a conta e vejam o absurdo, considerando que lá as estradas são autopistas, sem buracos nem desnivelamentos assustadores. Fiquei lá rodando por 15 dias e não consegui ver um acidente sequer, porque 99% dirigem com consciência e responsabilidade. Ai o tráfego flui tranquilo e rápido. (*Ramiro Nunes de Almeida Filho, representante comercial*)

## Carta da ONU

Caso hoje em dia, com os atuais padrões de direitos humanos e globalização, caso fosse submetida à votação o texto da Carta das Nações Unidas (ONU), com certeza ela não seria aprovada. Mesmo sem se referir aos criticados privilégios dos cinco membros permanentes do Conselho de Segurança e o seu sacrossanto direito de veto, mas também em seus princípios e propósitos. O multilateralismo nem sempre gozou de boa saúde. Poder-se-á arguir que o sistema multilateral é imperfeito. No entanto, o que é absolutamente inegável é que há necessidade de fortalecê-lo na ONU. (*Hélio Machado de Assis, Porto Alegre*)

## Juristas católicos

Foi eleita a nova direção da Associação dos Juristas Católicos do Rio Grande do Sul (AJC/RS), tendo como presidente o advogado Thiago Roberto Sarmiento Leite e vice-presidente o desembargador Vladimir Giacomuzzi. A AJC/RS congrega juristas que seguem a doutrina do "Ensino Social da Igreja", defesa da vida humana: da concepção à morte, da cidadania e do Estado Democrático de Direito, em permanente colaboração com o Conselho Mundial de Igrejas Cristãs. (*Paulo Sergio Arisi, jornalista*)

## Futebol

Nada contra o Internacional, até porque sou um torcedor, bem discreto, do Colorado. Mas, convenhamos, está virando uma palhaçada a mania do D'Alessandro, um grande e inteligente meia-armador, de passar todo o tempo do jogo tentando apitar a partida e indo para cima do juiz. Acabou expulso, merecidamente, contra o Palmeiras. Vamos jogar mais e parar com tantas reclamações. (*Reginaldo Aguillar, Porto Alegre*)

Na coluna Palavra do Leitor, os textos devem ter, no máximo, 500 caracteres, podendo ser sintetizados. Os artigos, no máximo, 2300 caracteres, com espaço. Os artigos e cartas publicados com assinatura neste jornal são de responsabilidade dos autores e não traduzem a opinião do jornal. A sua divulgação, dentro da possibilidade do espaço disponível, obedece ao propósito de estimular o debate de interesse da sociedade e o de refletir as diversas tendências.

## / ARTIGOS

## Qualificar incentivo para desenvolver o RS

Dalciso Oliveira

Vivemos um período de escassez. Conversamos com as pessoas e percebemos que estes são dias difíceis. Acredito que existem duas maneiras de encarar os momentos de crise: reclamar ou encarar como oportunidade. É na dificuldade que aprendemos a ser melhores.

As mudanças vindas da crise estão aí. O Rio Grande do Sul aprovou a venda de três estatais e o Brasil debate a reforma da Previdência. Temas complexos e polêmicos, é verdade, mas mudanças oportunizadas pelo cenário de crise.

Neste contexto, tenho coordenado um debate importantíssimo, que não pode ser ignorado em momentos de crise e de pouco dinheiro disponível: os incentivos ou benefícios fiscais, que são recursos os quais o Estado abre mão de arrecadar para incentivar o setor produtivo.

Falamos de números significativos. A Receita Estadual divulgou dados que chegam a um montante de R\$ 16,6 bilhões de valores em 2015, dinheiro renunciado que precisa ser aproveitado com a máxima eficiência para o desenvolvimento econômico gaúcho.

Entendo o incentivo fiscal como uma ferramenta fundamental para estimular o desenvolvimento e gerar um ambiente de inovação e produção, mas é preciso fiscalizar e aperfeiçoar sua

concessão. Dinheiro público é dinheiro tirado do bolso do contribuinte e precisa gerar resultado econômico e social. Mas como o recurso é insuficiente para toda a demanda, é preciso estabelecer prazos para o fim dos benefícios, além de foco nas empresas e cadeias produtivas estratégicas.

A subcomissão de incentivos fiscais auxilia essa equação. Queremos empresas atendidas em suas necessidades. Um ambiente fiscal próprio para sua prosperidade, que se aproxime ao máximo da igualdade tributária com os demais estados da Federação. Entretanto, queremos resultados palpáveis e possíveis de serem medidos periodicamente, a exemplo da geração de empregos, incremento de receitas, investimentos em infraestrutura produtiva e projetos sociais.

O incentivo fiscal é útil e importante, mas precisa ser transparente e claro em suas contrapartidas. Assim ganham todos, mas em especial ganha o Rio Grande.

Deputado estadual (PSB)

O Rio Grande do Sul aprovou a venda de três estatais e o Brasil debate a reforma da Previdência

## Por que você é mal atendido no Brasil?

Richard Machado

E provável que alguma vez você já tenha questionado o motivo pelo qual contratou um serviço de telefonia no Brasil e não recebeu o contratado, ou talvez tenha passado por recorrentes problemas na conexão do seu sinal de internet, ou ainda tenha se indignado com um serviço de táxi, ônibus ou metrô mal prestado em sua cidade. Se você se identifica com um ou até todos os casos citados, após ler este artigo

No Brasil, serviços essenciais prestados à população estão com o Estado

vai entender por que isso acontece no Brasil e em outros países latino-americanos.

No Brasil, serviços essenciais prestados à população estão sob a tutela do Estado, como energia, transporte e telefonia. Mesmo empresas do segmento de telefonia operam sob o guarda-chuva de agências reguladoras, como a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações).

As agências reguladoras são órgãos governamentais que exercem papel de fiscalização, regulamentação e controle de produtos e serviços de interesse público tais como telecomunicações, energia elétrica e serviços de planos de saúde.

De fato, o que ocorre é que, como não existe um livre mercado nesses setores, por serem es-

tatais ou concessões, como no caso das telecomunicações, o governo entende que as agências são necessárias para a proteção do consumidor, o que sabemos que de fato não ocorre na maior parte das vezes. O que ocorre na verdade é uma alta concentração de mercado consumidor em poder de poucas empresas, um oligopólio.

De fato, muitas são aferidas por parte das agências às empresas detentoras das concessões quando estas prestam serviços ruins ou inadequados; no entanto, são multas pequenas perto do lucro auferido por essas mesmas empresas devido à pequena concorrência em seus mercados, o que acaba se tornando um trade-off fácil para elas, que optam por assumir os riscos de eventuais sanções e continuam prestando serviços de péssima qualidade.

Cabe ainda dizer que o cenário já foi muito pior, pois apenas após a abertura de mercado ocorrida durante o governo Collor é que foi possível a privatização dos serviços de telefonia no Brasil, por exemplo, o que oportunizou a entrada de empresas estrangeiras no mercado nacional e uma significativa melhora da tecnologia nesse segmento.

Com relação ao cenário atual, nos resta torcer para que o governo, com um propósito mais liberal e de livre mercado, consiga oportunizar melhores serviços à população, permitindo maior competição entre essas empresas que atuam em segmentos tão caros a nós todos.

Associado do IEE